

O CONTATO COM A NATUREZA E O DESENVOLVIMENTO SENSORIO-MOTOR DE CRIANÇAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL.

Daniela Pomatti¹
Elisabeth Maria Foschiera²

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo central discutir e compreender os benefícios oriundos da relação da criança com a natureza, os quais beneficiam seu desenvolvimento. O caráter desta pesquisa é exclusivo de cunho bibliográfico, baseado na utilização de publicações de teses, dissertações e livros. Após realizados os estudos, foi possível entender que a natureza possui papel fundamental no desenvolvimento das crianças. Por meio do contato com ela, as crianças se desenvolvem mais ativamente, exploram desafios físicos, os quais beneficiam a coordenação motora, fortalecem a criatividade e estimulam a imaginação, por esses motivos é necessário que as instituições escolares incluam em seu cotidiano atividades para serem realizadas em meio à natureza, tornando-a, assim, um espaço educativo.

Palavras chaves: Educação Ambiental. Desenvolvimento sensorio-motor. Benefícios na relação criança e natureza.

Introdução

Este artigo possui como tema central a educação ambiental, tendo como questionamento quais os desdobramentos do contato com a natureza no desenvolvimento sensorio-motor de crianças da Educação Infantil. Apresenta-se ao objetivo geral para responder à questão e compreender os benefícios existentes entre a relação da criança com a natureza para o desenvolvimento sensorio-motor na educação infantil.

O assunto para elaboração deste artigo surgiu no decorrer da leitura do livro “A última criança na natureza: resgatando nossas crianças do transtorno de déficit da natureza”, escrito por Richard Louv, no ano de 2016. O contato com essa obra despertou a curiosidade e a necessidade de um aprofundamento nas questões referentes à relação entre a criança e a natureza. Observa-se, nas práticas contemporâneas, que esse contato está desaparecendo, pois, as crianças têm passado a maior parte do seu tempo livre em frente a telas. Outra questão que suscita interesse de pesquisa é conhecer como ocorre o desenvolvimento sensorio-motor quando a criança vivencia práticas pedagógicas junto à natureza. Entende-se que as crianças necessitam crescer usufruindo do contato com ela e presume-se que essa relação pode contribuir para o desenvolvimento integral dos sujeitos.

¹ Acadêmica do curso de Pedagogia da Faculdade de Educação na Universidade de Passo Fundo- Campus 1

² Professora do curso de Pedagogia da Universidade de Passo Fundo.

A metodologia utilizada foi de abordagem qualitativa, que tem características desenvolvidas em situações naturais, a qual é rica em dados descritivos com um plano aberto e flexível retratando a realidade de forma abrangente e contextualizada, visando a descoberta, a interpretação, havendo diversidade de informações, utilizando linguagem mais aberta. O método do estudo se deu através de pesquisa bibliográfica, baseada em leitura de textos, livros e artigos de natureza científica, e se caracterizou pela busca de informações que têm relação com o problema definido na pesquisa, sendo orientada por um planejamento de trabalho, além de identificar, localizar e obter documentos relevantes sobre o tema. A produção de dados para a pesquisa sucedeu-se por meio da análise da leitura de artigos e textos, além de livros já publicados pela comunidade científica.

O artigo está dividido em dois subtítulos, o primeiro visa a investigar o papel da natureza nas práticas pedagógicas na Educação Infantil; o segundo, os desdobramentos do processo de desenvolvimento sensório-motor na relação das crianças com a natureza.

1- Investigar o papel do uso da natureza nas práticas pedagógicas na Educação Infantil

A natureza é um ambiente que apresenta diversas possibilidades e oportunidades para interação e desenvolvimento dos sujeitos. Ela se apresenta como um bezerro recém-nascido, um animal de estimação, uma trilha de chão batido, uma cabana em meio a árvores e um terreno baldio, pode ser também uma folha branca de papel, que a criança usa para desenhar e interpretar suas fantasias, além de inspirar a criatividade.

A natureza é como um poço a partir do qual muitos, famosos ou não, extraem uma noção criativa de padrão e conexão. Como Moore destaca, as experiências na natureza “ajudam as crianças a entender a realidade dos sistemas naturais por meio de uma experiência primária. Elas demonstram os princípios naturais com as teias, os ciclos e os processos evolutivos e ensinam que a natureza é um processo regenerativo único”. Uma apreciação desses padrões é essencial para alimentar a criatividade, o que, claro, não é domínio único das artes, mas da ciência e política. (LOUV, 2016, p. 113).

É preciso que as instituições de ensino adotem em seu cotidiano atividades que possam ser realizadas em meio à natureza, tornando-a um espaço educacional, o qual pode proporcionar desafios físicos e estéticos, dependendo do ambiente utilizado. A lama, a areia, as pedras, as plantas, folhas, sementes, os animais que habitam esse lugar são alguns exemplos que, na verdade, auxiliam os indivíduos nesse processo de desenvolvimento e aprendizagem. A

natureza oferece muitas ferramentas que podem ser utilizadas e construídas pelas crianças com os materiais encontrados nesse contexto.

Para tanto, percebe-se a necessidade de reflexão que envolva essa temática e abranja a importância de formar profissionais que compreendam a relevância de inserir e considerar em seus planejamentos a natureza como espaço pedagógico. A qualificação desse planejamento é de extrema importância, pois proporciona às crianças oportunidades e vivências ligadas à natureza, aos materiais e elementos naturais, os quais conectam por meio de atos simples e, ao mesmo tempo, ricos em possibilidades significativas para o desenvolvimento infantil. Essas práticas devem iniciar desde a Educação Infantil, segundo Cocito (2016)

A educação infantil, primeira etapa da educação básica, engloba os fazeres pedagógicos de crianças de 0 a 5 anos e 11 meses, nas modalidades de creche (0 a 3 anos e 11 meses) e pré-escola (4 anos a 5 anos e 11 meses). A educação de crianças nessa faixa etária comumente ocorre em espaços com características peculiares, através da leitura da mensagem visual do espaço é possível identificarmos que aquele é um espaço destinado a Educação Infantil: presença de cores alegres e vibrantes, figuras e desenhos animados, parque infantil, tanque de areia, brinquedos e outros elementos característicos da infância. (COCITO, 2016, p.95)

A Educação Infantil é a etapa mais importante para o desenvolvimento da criança. Para que esse desenvolvimento seja saudável e benéfico, é preciso repensar os espaços educativos possibilitando conceber a natureza como um espaço educacional, oferecendo para as crianças diferentes formas de conhecê-la e vivenciá-la.

As ações ligadas à educação ambiental já eram utilizadas desde o início da humanidade, na época em que os indivíduos começaram a interagir com o meio. Com a necessidade de sobrevivência, os primitivos precisavam identificar quais frutos eram comestíveis, como encontrar água em períodos de seca, como evitar animais perigosos, quais materiais utilizar na construção de casas, como fazer um bom fogo ou bom remédio e para proteção de ataques da natureza.

Desde então, a natureza passou a ser observada como uma fonte de alegria, beleza, identidade e inspiração para música, arte e religião. Os conhecimentos sobre esse tema expandem-se, a ciência evolui e os fenômenos naturais passam a ser compreendidos. Porém, esse processo desencadeou, no decorrer dos anos o que se pode chamar de “crise ambiental”, manifestada pela degradação ambiental. Ao longo dos últimos 300 anos, a natureza foi transformada em um objeto de manipulação e disposição do ser humano. Na metade do século XX, intensificam-se os problemas ambientais, os quais assumem proporções alarmantes e causam problemas de grande intensidade. Em meio a este contexto, surge a Educação

Ambiental, como uma forma de prevenção e minimização dos impactos causados pela industrialização e pelo homem.

A expressão Educação Ambiental foi utilizada pela primeira vez na Conferência de Educação da Universidade de Keele em Londres, em 1965 como proposta para superação dos problemas ambientais. No ano de 1970, surgem as primeiras experiências e implementações da Educação Ambiental, ligadas a aspectos ecológicos. O primeiro evento oficial internacional sobre a questão do meio ambiente aconteceu no ano de 1972, chamando-se Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano. Já no Brasil, esse tema teve a primeira Conferência Brasileira de Proteção à Natureza em 1932, no Museu Nacional no Rio de Janeiro, valendo-se de iniciativas externas decorrentes dos resultados em discussões de eventos internacionais.

Em 27 de abril de 1999 foi implementada a Lei nº 9.795, que dispõe sobre a Educação Ambiental. No artigo 1º encontra-se a concepção de Educação Ambiental:

Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia a qualidade de vida e sustentabilidade. (BRASIL, Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999).

Este tema é um componente curricular essencial e permanente na educação nacional, precisa estar presente em todos os níveis e modalidades do processo educativo, tanto em caráter formal, como não formal. São princípios básicos da educação ambiental:

- I - O enfoque humanista, holístico, democrático e participativo;
- II- A concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o sócio-econômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade;
- III - O pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade;
- IV - A vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais;
- V – A garantia de continuidade e permanência do processo educativo;
- VI – A permanente avaliação crítica do processo educativo;
- VII – A abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais;
- VIII – O reconhecimento e o respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultural. (BRASIL, Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999).

Nesse sentido, a educação ambiental está em constante crescimento, sendo um processo que segue uma filosofia de vida e uma cultura comportamental, que respeite as realidades regionais e a diversidade cultural dos sujeitos, construindo assim um ensino interdisciplinar, com o

objetivo de formar cidadãos conscientes dos problemas ambientais, capazes de conservar e preservar os recursos naturais e a sustentabilidade.

A Educação Ambiental ajuda a compreender a existência da interdependência econômica, social, política e ecológica, proporciona adquirir conhecimentos necessários para proteger e melhorar o meio ambiente e induz novas formas de conduta nos indivíduos e grupos sociais.

Diante disso, a educação ambiental não pode ser entendida como ensinar plantar uma árvore, jogar o lixo no lixeiro certo, escovar os dentes com a torneira fechada, etc. É preciso que envolva criticidade, reflexão, debate, contradição, conhecimento, além de revelar os interesses de diferentes grupos sociais, tendo consciência de que os recursos naturais renováveis e não renováveis podem se esgotar, comprometendo a sobrevivência de inúmeras pessoas.

A educação ambiental deve ser trabalhada na educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, ensino superior, educação especial, profissional e de jovens e adultos, sendo desenvolvida como forma de prática educativa integrada, contínua e permanente. Além disso não pode ser implementada como disciplina do currículo.

Resumindo, a EA, no Brasil, é obrigatória no contexto escolar e vem sendo realizada desde 1999, devendo ser trabalhada de maneira transversal e sob o enfoque interdisciplinar. Diante disso, questionamos os efeitos da EA no conhecimento e no juízo moral de crianças e adolescentes sobre a temática ambiental. Destarte, faz-se necessário compreender com as crianças constroem seu conhecimento sobre os saberes ambientais e como julgam questões ambientais. (VESTENA, 2011, p. 55).

Diante desta afirmação, a educação ambiental deve ser desenvolvida de forma transversal e interdisciplinar, integrando diversas áreas do conhecimento, criando-se uma visão global e abrangente, transformando conceitos, explicitando valores e incluindo procedimentos vinculados à realidade cotidiana da sociedade.

Dessa forma, a Educação Ambiental deve apontar para soluções de problemas concretos que afetam o meio ambiente, assim como motivar o cidadão para assumir uma postura crítica diante da sua realidade. Ou seja, uma posição diante dos problemas ambientais, em relação ao modelo de desenvolvimento que se sustenta a partir da dilapidação da base dos recursos naturais e na exclusão social. (PERNANBUCO, QUEIROZ, 2001, p. 2)

Atualmente, a maior preocupação, quando se trata de educação ambiental, é a construção de mecanismos e instrumentos que possibilitem o entendimento da realidade atual do mundo, buscando soluções práticas para os problemas que afetam a sociedade. Ou seja, a educação ambiental implica em uma transformação social, apontando novas formas de relacionamento entre os seres humanos e a natureza.

Na contemporaneidade, a forma com que as crianças interagem com a natureza mudou drasticamente. É preferência dos adultos que elas passem a maior parte do tempo livre sentadas em frente a telas que brincando em espaços livres com os amigos.

Por isso, o déficit da natureza é um termo que vem ganhando destaque na atualidade. As crianças do século XXI não praticam atividades em ambientes livres, ficam trancadas entre quatro paredes. Essa exposição à natureza pode beneficiar as crianças que apresentam TDAH (Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade) melhorando as capacidades cognitivas.

Crianças com esse transtorno geralmente são inquietas, têm dificuldades para prestar atenção, ouvir, seguir instruções e concentrar-se na realização de tarefas. Ao proporcionar a elas o contato com a natureza, percebem-se mudanças significativas no nível de estresse e hiperatividade, isso acontece pelo fato de que as crianças, estando em contato com ambientes verdes, apresentam seus pensamentos com mais clareza e lidam de maneira diferente com o estresse.

2- Os desdobramentos do processo de desenvolvimento sensório-motor na relação das crianças com a natureza

Jean Piaget (1896- 1980) foi biólogo, psicólogo e epistemólogo, considerado um dos mais importantes pensadores do século XX. Seus estudos tornaram-se famosos por terem originado as discussões acerca do surgimento do conhecimento nos indivíduos. Para estudar como acontece esse processo, Piaget criou os quatro estágios do desenvolvimento e da aprendizagem humana, os quais todos os indivíduos passam em sua vida, além disso

Piaget descobriu que a mente de uma criança, não é nem um modelo em miniatura da de um adulto e nem uma cápsula vazia que é gradualmente preenchida com informações. É ativa desde a infância, desde quando a criança luta para entender o mundo complicado em que se encontra: um mundo em que os objetos misteriosamente mudam de forma enquanto nos movemos em torno dele, onde eles desaparecem surpreendentemente e outra coisa aparece na sua frente, onde as bolinhas de gude repentinamente tomam a vida quando colocadas numa inclinação. (PETERSON, COLLINS, 2002, p.11).

As crianças devem ser consideradas indivíduos capazes de realizar atividades desde a infância. Por meio dos estudos relacionados ao desenvolvimento cognitivo, ao raciocínio, à inteligência, à percepção, à memória, à identificação, à abstração e à generalização, Piaget (1896- 1980) ajuda os pais, professores e demais integrantes da sociedade a entender como as

crianças percebem o mundo a sua volta nas diferentes idades e por qual motivo fazem questionamentos e interpretações que, às vezes, parecem estranhas para os adultos.

Após anos de estudos e observações sobre as reações das crianças, Piaget (1896- 1980) descobriu muitas semelhanças existentes no pensamento de crianças da mesma idade e com isso elaborou uma teoria sobre o desenvolvimento do intelecto humano, abordando como as crianças aprendem e crescem intelectualmente. Esta teoria tinha como base o pensamento, o qual difere-se entre adultos e crianças, sendo que estas não processam simplesmente menos informações que os adultos, mas processam-nas de modos diferentes, e o desenvolvimento mental passa por quatro estágios definidos, os quais apresentam uma sequência fixa, sendo a mesma para todas as crianças, apresentam-se diferenças entre um estágio e o outro e cada um deles é caracterizado por um conteúdo específico de pensamento.

O primeiro estágio é o sensório-motor que vai de zero até os dois anos de idade; o segundo, é o pré-operatório de dois a sete anos; o terceiro, operações concretas dos sete aos onze anos e, o último, é o das operações formais que inicia aos onze anos e se estende ao decorrer da vida.

Entender os estágios de crescimento cognitivo e o fato de que as crianças aprendem em seus próprios ritmos, é através de seus próprios interesses, enfatiza a necessidade da educação individualizada e de centros de aprendizado e “descobertas”, entender que a criança aprende mais efetivamente fazer e experimentando por si própria que escutando explicações, fundamenta a posição de que o papel do professor deveria ser o de facilitador, antes de o de distribuidor de “conhecimento”. (PETERSON, COLLINS, 2002, p.63).

Na passagem de um estágio para o outro, quatro fatores contribuem para esse acontecimento: o amadurecimento, o qual é designado pelo crescimento físico e fisiológico; a experiência, na qual as informações sensório-motoras assimilam-se através das ações e do raciocínio em relação aos objetos; a interação social, que se dá por meio da socialização, da brincadeira, do falar, do perguntar e do trabalho com outros indivíduos; o último fator é o equilíbrio, um processo de reunir e amadurecer a experiência e a interação com a finalidade de construir estruturas ou sistemas mentais.

Este estudo tem como destaque o desenvolvimento sensório-motor, o qual caracteriza a fase que a criança passa até os dois anos de idade, em que realiza a exploração por meio dos seus esquemas motores, do tato, visão e audição, tendo como principal característica a ausência da representação mental dos objetos. Segundo Peterson, Collins (2002, p.13) “A criança tem necessidade de tocar, de sentir e de usar seus sentidos para descobrir o mundo. Aprender que os objetos, as pessoas, etc., continuam a existir mesmo quando não se pode vê-los, é uma parte importante deste estágio”.

No período sensório-motor, a criança não apresenta nenhuma autonomia, aos poucos vai começando a construir as primeiras noções do eu. Utiliza-se da pré-lógica, sendo capaz de organizar os objetos do maior para o menor. Nesse período também a criança começa a construir relações cada vez mais complexas.

O contato com a natureza beneficia os indivíduos em diversos sentidos, principalmente em seu desenvolvimento, atualmente é fundamental para as crianças desfrutarem da natureza, assim como terem uma boa alimentação e um sono adequado. Além disso, possibilita que as crianças sejam mais alertas, tenham mais entendimento sobre seu próprio corpo, nutram a criatividade por meio dos materiais existente nesse ambiente, além de estimular a imaginação.

As crianças precisam da natureza para um desenvolvimento saudável de seus sentidos e, portanto, para o aprendizado e a criatividade. Essa necessidade é revelada de duas maneiras: ao examinar o que acontece com os sentidos dos jovens quando perdem a conexão com a natureza, e observando a magia sensorial que ocorre quando eles mesmo os que já passaram da infância- são expostos à mais ínfima experiência direta em um ambiente natural. (LOUV, 2016, p. 77).

A natureza é um ambiente repleto de incentivos, que fortalecem o desenvolvimento integral e facilitam o aprendizado, sendo relevante que faça parte do cotidiano de todos os sujeitos, não somente das crianças. Tanto os adultos quanto as crianças se beneficiam quando aproveitam os ambientes naturais; as áreas com árvores e paisagens revitalizam, diminuem a ansiedade, a depressão e a raiva e, em alguns casos, esses ambientes servem como forma de terapia.

Em termos de desenvolvimento infantil, a diminuição do espaço de mobilidade doméstico não é uma questão menor. Uma infância passada em espaços confinados (ou no banco de trás de um automóvel) de fato reduz alguns perigos para as crianças, mas outros riscos aumentam, incluindo riscos à saúde física e psicológica, riscos à percepção da comunidade da criança, riscos à confiança e à habilidade de discernir o perigo real - e a beleza. (LOUV, 2016, p. 144)

Ao brincar na natureza, cria-se uma confiança espontânea. A natureza oferece diversas possibilidades para formar-se a autodefesa da criança, aumentando a autoconfiança e podendo também aprimorar probabilidades para desenvolver habilidades psicológicas de sobrevivência, as quais auxiliam a detectar o perigo real, criando-se assim menos chances de acreditar em ameaças falsas.

Segundo Foscheira

Para que possamos implementar uma EA transformadora, há necessidade de democratizar a escola, de revisar sua natureza e finalidade, viabilizando um intenso processo participativo da comunidade escolar. O processo pedagógico deverá ser construído com base na concepção de que os envolvidos sejam sujeitos históricos, autônomos, críticos, criativos, cidadãos plenos voltados a construção de uma sociedade onde o centro seja a vida e não o mercado. (FOSCHEIRA 2000, p.44)

Diante disso, a educação deve ser entendida como um processo de desenvolvimento onde os sujeitos possam refletir suas ações e consigam adquirir conhecimentos. É preciso, também, que todos os indivíduos os quais fazem parte da escola possam expressar sua opinião sobre determinado assunto, tendo acesso a todo o conhecimento.

Por parte da escola, é necessário que seja pensado o cotidiano coletivamente de forma interdisciplinar e que a avaliação seja emancipatória, resultando assim no conhecimento como forma de melhorar a relação entre as pessoas. Além disso, a escola deve ser um local onde tudo é discutido.

Segundo LOUV (2016) relata em seu livro “A última criança na natureza”, pesquisadores suecos desenvolveram um estudo com duas crianças em diferentes ambientes de escola de educação infantil, a primeira vivia em uma área cercada de prédios altos, com vegetação baixa e uma trilha de tijolos; a segunda, em um espaço baseado no ar livre em todos os climas, localizava-se em um pomar cercado de pasto verde e floresta, ao lado tinha um jardim repleto de árvores altas e rochas. Por meio desse estudo constatou-se que as crianças do espaço verde, que brincavam ao ar livre e em meio a natureza, tinham mais coordenação motora, mais concentração, promoviam brincadeiras mais criativas e apresentavam melhor interação com os adultos.

Estudos desenvolvidos ao longo dos anos e apresentados no livro “A última criança na natureza” (2016), resultam em descobertas importantes. As instituições que desenvolvem atividades em meio ao ar livre geram melhorias nas disciplinas de Ciências, Português e Matemática, aumentando as notas nos testes aplicados e o rendimento acadêmico, evoluindo a capacidade de solucionar problemas, pensamento crítico e tomada de decisões. Segundo Louv (2016, p. 224), “os professores do ensino fundamental e os professores da escola a ar livre, ‘ênfatizam repetidas vezes como o ensino de ciências ao ar livre oferece um ‘novo começo’ para os alunos’, de acordo com o relatório”.

Howard Gardner, professor na Universidade Harvard, 1983, foi um apoiador para que a natureza fosse incrementada na educação, além disso, desenvolveu a teoria das inteligências múltiplas que dão conta do potencial humano. Recentemente, ele acrescentou a inteligência

naturalista, caracterizada pela relação entre a natureza e a educação, a qual não está ligada a evidências biológicas.

O núcleo da inteligência naturalista é a habilidade humana de reconhecer plantas, animais e outros componentes do mundo natural, como nuvens ou rochas. Todos nós podemos fazê-lo; algumas crianças (especialistas em dinossauros) e muitos adultos (caçadores, botânicos, anatomistas) se destacam nessas áreas. Enquanto a habilidade sem dúvida evoluiu para lidar com os elementos naturais, acredito que ela tenha sido desviada para lidar com o mundo dos objetos feitos pelo homem. Somos bons em distinguir entre modelos de carros, tênis e joia, por exemplo, porque nossos ancestrais precisavam ser capazes de reconhecer animais carnívoros, cobras venenosas e cogumelos saborosos. (LOUV, 2016, p. 94).

Dessa forma, as crianças que desfrutam dessa inteligência apresentam algumas características, como habilidades sensoriais mais aguçadas e fazem uso delas para identificar elementos do mundo natural, gostam de estar ao ar livre e de atividades externas, têm interesse por animais e plantas, apresentam desejo em assistir programas de televisão e lerem livros relacionados à natureza e demonstram maior preocupação com o meio ambiente e as espécies que estão em extinção.

Nos dias de hoje, cada vez mais pais e algumas escolas estão percebendo a importância de proporcionar contato com a natureza para as crianças, tornando-a um espaço educativo. Além disso, acreditam que estimular experiências ao ar livre é mais benéfico que passar horas sentado em sala de aula baseando-se em livros didáticos.

É importante ter em seu cotidiano atividades ligadas à natureza. Por meio do livro “A última criança na natureza” de Richard Louv (2016), são apresentadas algumas sugestões para estimular a criatividade e passar um pouco mais do tempo em contato com a natureza.

Passar um pouco de seu tempo no quintal de casa se tiver, fazer piqueniques em espaços abertos, contar histórias para as crianças sobre lugares da natureza que foram importantes durante a sua infância. Reviver antigas tradições, como caçar vagalumes e ter coleção de folhas, envolver toda a família em atividades em meio a natureza, na grande maioria das vezes, os avós lembram-se de quando brincavam ao ar livre. Estimular as crianças a acamparem no quintal, observarem as nuvens e construir sua casa na árvore.

Considerações finais

Este artigo pretendeu enfatizar a importância de proporcionar para as crianças atividades ou até mesmo momentos livres em meio à natureza. Esses ambientes verdes proporcionam um desenvolvimento integral e adequado, as crianças usufruem desses espaços em seu benefício e praticam ações que, em espaços fechados, muitas vezes, não podem ser realizadas.

Por outro lado, percebemos que atualmente a vida das crianças está se tornando cada vez mais restrita, muitas delas vivem em espaços fechados e não têm contato com a natureza. Essas crianças passam grande parte de seu tempo livre sentadas no sofá em frente à televisão, celular ou videogame. Para muitos pais ou responsáveis é mais simples e prático proporcionar momentos assim que levar as crianças no parquinho, a fim de desenvolver ou criar atividades que envolvam tempo. Por exemplo, pega-pega, esconde-esconde, amarelinha, etc...

A escola exerce papel importante nessa questão, em muitos casos as crianças têm somente o tempo da escola para poder desfrutar da natureza e praticar atividades físicas. Por esse motivo, é essencial que as instituições escolares analisem seu planejamento e incluam atividades em meio à natureza para as crianças. Baseando-se na escola, muitos pais podem perceber a importância que a natureza apresenta no desenvolvimento das crianças e, por meio disso, ofereçam mais atividades ao ar livre.

A natureza oferece algo que a televisão, o celular ou os espaços fechados não têm. Proporciona um ambiente que contempla o infinito e a eternidade. A criança pode imaginar e criar seu próprio mundo sem limites.

Referências bibliográficas

BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Ministério do Meio Ambiente, Brasília, DF, 27 abr. 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm>. Acesso em: 25 set. 2020.

COCITO, Renata Pavesi. *A Natureza como espaço educacional: oportunidades para a infância*. 2016. 7 f. Tese (Pós-Graduação) - Curso de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2016.

FOSCHIERA, Elisabeth Maria. *Educação Ambiental e Desenvolvimento: as implicações pedagógicas do projeto pró- guaíba na escola-pólo 2, passo fundo*. 2000. 149 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-Graduação em Educação, Universidade de Passo Fundo (UPF), Passo Fundo, 2000.

KONDRAT, Hebert; MACIEL, Maria Delourdes. *Educação ambiental para a escola básica: contribuições para o desenvolvimento da cidadania e da sustentabilidade*. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v18n55/02.pdf>>. Acesso em: 02 abr. 2020.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. E.d.a. *Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: E.p.u, 2012.

PETERSON, Rosemary; COLLINS, Victoria Felton-. *Manual Piagetiano para Professores e Pais*. Porto Alegre: Artmed, 2002.

QUEIROZ, Alvamar Costa de; PERNAMBUCO, Marta Maria Castanho Almeida. *Dimensão Ambiental na Educação Escolar: uma proposta*. 2001. Disponível em: <http://www.epea.tmp.br/epea2001_anais/pdfs/plenary/tr39.pdf>. Acesso em: 09 out. 2020.

RICHARD, Louv. *A última criança na natureza: resgatando nossas crianças do transtorno do déficit de natureza*. 1. ed. São Paulo: Aquariana, 2016.

SANTOS, Mara Rúbia Paes de Farias dos. *Educação Infantil e Natureza: Tecendo Relações Ruma a Educação Ambiental- Enfrentamentos, dificuldades e possibilidades*. 2011. 139 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Planalto Catarinense (Uniplac), Lages, 2011.

SBCOACHING. *Teoria de Piaget: A Aprendizagem Humana*. 2018. Disponível em: <https://www.sbcoaching.com.br/blog/teoria-de-piaget/>. Acesso em: 20 mar. 2020.

VESTENA, Carla Luciane Blum. *Piaget e a questão ambiental: sujeito epistêmico, diagnóstico e considerações educacionais*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.